



A TORTURA A ESTELA

SYS 957909

Polícia Federal/Reprodução



Reprodução da
fotografia da
presidente Dilma
nos arquivos da
Superintendência
Regional da
Polícia Federal
em Minas Gerais

DILMA VANA ROUSSEF OU
LINHARES

Inquérito revela ação de Dilma em Minas

Documentos guardados no Arquivo Nacional reforçam as declarações da presidente de que nunca havia participado da luta armada

» JOSIE JERONIMO
» EDSON LUIZ

Um inquérito policial militar do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de 1969 detalha as ações de roubo a bancos do Comando de Libertação Nacional (Colina) em Minas Gerais e “enquadra” a então revolucionária Dilma Rousseff como integrante da organização por ter cedido a casa para encontros do grupo e coordenar ações de doutrina ideológica nas escolas. O documento que se tornou público esta semana está sob a guarda do Arquivo Nacional. O inquérito lista o nome dos 16 integrantes da Colina que tinham participação direta nos assaltos e foram presos à época da ditadura, relação da qual Dilma não faz parte. Os demais participantes do Colina em Minas Gerais também são listados no denominado “enquadramento”, e no perfil revolucionário de Dilma traçado pelo CSN ela é descrita como agente de suporte intelectual da organização.

O documento do CSN de monitoramento das ações de roubo a bancos em Minas Gerais confirma as declarações da presidente Dilma Rousseff, que sempre negou ter participado de ações efetivas de grupo armado. “Não tive nenhuma ação armada. Se tivesse, não receberia condenação de dois anos. Cumpri três anos de

cadeia, mas fui condenada a dois”, disse em abril de 2010, logo após deixar a Casa Civil para disputar a Presidência, negando em uma entrevista em Porto Alegre que tenha pego em armas.

Os “delitos” de Dilma listados pelo inquérito policial militar são: pertencer à “organização clandestina e revolucionária de cunho marxista-leninista”; fazer parte da célula política da organização na Faculdade de Medicina; integrar o setor estudantil da organização, “encarregada de coordenar as ações nas escolas”; realizar reuniões de “caráter subversivo em seu apartamento”; participar

de congresso da organização em Contagem (MG); convidar dois integrantes (Ageu Henrigger Lisboa e Marcos Antonio de Azevedo Meyer) para entrar na organização; receber contribuições mensais para a organização; e utilizar “sua residência” para realizar reuniões da organização. No mesmo documento, outro integrante do Colina — Irani Campos — tem os delitos de roubo de um carro da Secretaria de Fazenda do Estado e assalto à mão armada de um banco na Avenida Pedro II descritos em seu “enquadramento.”

O inquérito lista assaltos cometidos pelo comando em Belo Horizonte, Sabará, Ibirité e Uberaba.

Além do trabalho de acompanhamento que os militares fizeram, identificando carros utilizados pela organização e o modus operandi dos assaltos, o depoimento de Afonso Celso Lana Leite, o Ciro, tomado em 21 de fevereiro de 1969 descreve as ações do Colina.

Os carros utilizados nos assaltos eram roubados e trocados com frequência, para não chamar a atenção da polícia. À época, os integrantes da organização diretamente mobilizados para os roubos monitoravam as cidades, optando por instituições que tivessem grande circulação de dinheiro e esquema de segurança de menor porte. O município de Sabará, que atualmente integra a

Região Metropolitana de Belo Horizonte, era um dos alvos favoritos. Nos relatos, os militares identificaram que a má conservação das estradas desmotivou o grupo, que passou a mirar em alvo maior: bancos em Uberaba. Os 16 presos do Colina por assalto a bancos em Minas Gerais tinham entre 21 e 24 anos. As armas utilizadas eram revólver calibre .38 e bombas coquetel molotov.

Na organização revolucionária, os destacados para fazer roubos dos carros utilizados para assaltar os bancos pertenciam ao chamado “setor de expropriação”. Em um dos maiores roubos relatados, a organização levou 100 mil cruzeiros de um banco, o equivalente hoje a R\$ 147 mil. Com o dinheiro dos roubos, o Colina comprava armas e aumentava o número de “aparelhos”, alugando casas e sítios, para não manter o mesmo endereço, desistindo os militares.

Gráfica

A abertura dos documentos do período militar também trouxe a público relatórios das superintendências da Polícia Federal em Minas Gerais e no Paraná, que abrigam informações sobre a atuação de Dilma no Colina. Em ficha do Departamento de Vigilância Social da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, uma foto original de Dilma está anexada a despacho do juiz Mauro Seixas Telles em que informa que ela está presa “para ser interrogada no processo que responde” em Juiz de Fora. O documento é de 3 de julho de 1972.

Dez anos depois, Dilma ainda era monitorada pelos militares. A polícia do Paraná elaborou relatório sobre a atuação política da militante e de Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem foi casada. Os militares descobriram que Dilma registrou em seu nome a gráfica do marido, a “Impremato”, usada para imprimir panfletos políticos. “Carlos Franklin é sócio da referida gráfica, embora no registro da mesma não conste o seu nome, e sim o de sua concubina Dilma Vana Rousseff Linhares, ex-militante da Var-Palmares e ex-mulher de Galeno”, traz o documento de agosto de 1982.

Continuação do APROX nº 1 na H. 10010010

12 - DILMA VANA ROUSSEFF, cognominada "ESTELA", nascida a 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte-MG, filha de Pedro Rousseff e de Dilma Rousseff, casada, brasileira, profissão desconhecida e residente à Avenida João Pinheiro, nº 85-apto. 1001, em Belo Horizonte (encontra-se foragida).

DELITOS	FOLHAS	ENQUADRAMENTO
- Pertence à Organização clandestina e revolucionária de cunho marxista-leninista, denominada OPM, cujos objetivos são a implantação da guerrilha e da luta armada no País, a derrubada do Governo e a implantação do regime socialista de fundo marxista-leninista.	72-75-147 75-396- 458-459- 444-	Art 36
- Em 1967 - integrou uma célula política da Organização Político-Militar (comunista) da Faculdade de Medicina.	29-72-77	Art 36
- Integrante do setor estudantil da OPM, encarregada de coordenar as ações nas escolas.	29-441	Art 36 e Art 38-III
- Realizou em seu apartamento reuniões de caráter subversivo.	64-288	Art 36
- Participou do Congresso da Organização em julho de 1968, em sítio do município de Contagem-MG.	75 -	Art 36
- Convidou AGEU HENRIGGER LISBOA e MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO MEYER para ingressarem na OPM.	428-	Art 38-III
- Receber as contribuições mensais para a OPM, de AGEU HENRIGGER LISBOA.	430 -	Art 36
- Utilizou sua residência para realizar reuniões da OPM.	444-	Art 36

Cópia do inquérito policial militar do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de 1969: detalhamento da atuação de Dilma

» Governo não vai reabrir o caso Herzog

O governo brasileiro reafirmou que não irá reabrir o processo criminal para apurar os responsáveis pela morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. A resposta foi dada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que notificou o Brasil com uma denúncia apresentada pelos familiares do jornalista e pelas organizações Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL); Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos (FIDDH); Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo; Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. De acordo com o governo federal, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter, recentemente, a validade da Lei da Anistia. Com isso, o país fica impedido de abrir o processo criminal. Para a família, o Estado deveria investigar, processar e sancionar os responsáveis pelo assassinato de Herzog. “No caso do meu pai, queremos um pedido oficial de desculpas e o reconhecimento, em novo atestado de óbito, de que ele não se suicidou”, afirmou o engenheiro Ivo Herzog.

Operação deu início ao fim do Colina

» DANIEL CAMARGOS
» SANDRA KIEFER

Antes de o Sol nascer, em 14 de janeiro de 1969, Jorge, Maria, Afonso, Murilo, Júlio e Maurício estavam reunidos em uma casa numa tranquila rua do Bairro São Geraldo, Região Leste de Belo Horizonte. Policiais do Dops e da Delegacia de Furtos e Roubos estouraram o portão e, segundo relatos, entraram atirando. A resposta veio no mesmo tom, e o policial que estava à frente morreu baleado com tiros de uma metralhadora. Do lado de fora da casa, outro policial morreu. A então militante Dilma Rousseff fazia parte do grupo, mas não participou. “Ela articulava o movimento estudantil da Colina e atuava nos bastidores. Não entrou na linha de frente nem participava das ações armadas”, detalha Jorge Nahas, atual secretário de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte. A troca de tiros foi o início do fim do Comando de Libertação Nacional (Colina), o grupo de esquerda que chegou a praticar assaltos e pegar em armas para tentar derrubar a ditadura.

Antes da troca de tiros, que acabou em mortes e provocou a prisão do núcleo duro da Colina, os integrantes do grupo assaltaram uma agência do Banco da Lavoura, em Sabará, na Região Metropolitana. O cerco apertou e o líder do grupo, Ângelo Pezzuti, foi preso. Outro integrante, Pedro Paulo Bretas, também acabou capturado pelos militares. “O Bretas era o único que sabia onde ficavam os três aparelhos da Colina”, lembra Jorge. Com a

prisão e as recorrentes torturas praticadas nos porões do Exército e da polícia, era uma questão de tempo até os policiais descobrirem o esconderijo da Colina. Os sete decidiram esperar amanhecer para abandonar o aparelho do Bairro São Geraldo. Não deu tempo.

A troca de tiros, que levou à morte de dois policiais, deixando outro militar ferido e também ferindo o militante Maurício Paiva, foi uma espécie de gota d'água para os militares. “O impacto foi muito grande. Os militares ficaram desorientados porque não imaginavam que aquilo poderia acontecer e a repressão aumentou muito”, lembra Jorge Nahas,

O cerco apertou na casa do Bairro São Geraldo e os sete integrantes da Colina se renderam. Eles foram colocados no paredão e os policiais, furiosos com a morte dos colegas, queriam fuzilá-los ali mesmo. “O comandante da diligência suspendeu o massacre, pois seria uma barbárie de prisioneiros rendidos”, lembra Jorge. Ele recorda de ter, por mais de uma vez, a sensação de que ali seria seu fim. O comandante da operação era o delegado Luiz Soares da Rocha, chefe do temido Departamento de Ordem Política e Social (Dops), que se notabili-

zou pelas torturas praticadas nas dependências do local que comandava.

Quem comandava a delegacia de Furtos e Roubos — que também participou da operação — era o delegado Antônio Nogueira Lara Resende, 83 anos, apontado como um dos principais torturadores do país. “Eles eram muito perigosos”, afirma Lara Resende sobre o Colina. O ex-delegado destaca que o subinspetor Cecildes Moreira da Silva deixou a viúva com oito filhos. A outra vítima foi o guarda civil José Antunes Ferreira. “Meu problema era roubo. Quando era assalto a banco eu me envolvia. Mas no geral mandava tudo para o Dops, comandado pelo Luiz Soares da Rocha”, destaca Lara Resende.

Quem portava a metralhadora Thompson calibre .30 era Murilo Pinto da Silva, irmão do líder Ângelo Pezzuti. A tia deles, Ângela Pezzuti, fala com orgulho dos sobrinhos. “Havia um movimento mundial de jovens, não acontecia somente no Brasil. Eram idealistas e queriam o mudar o mundo, começando pelo Brasil”, afirma. Ela também sustenta que o sobrinho agiu em legítima defesa. “A polícia chegou atirando. O detetive Cecildes chegou atirando e

TERRORISTAS PROCURADOS



APOLLO HERINGER LISBOA
(RICHARDO)



GILBERTO FARIA LIMA
(ZORRO)

AJUDE A PROTEGER
SUA VIDA E A DE
SEUS FAMILIARES



CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS
(BRENO OU GUSTAVO)



DANIEL TAMPINHA

AVISE À POLÍCIA

Os sete da Casa do São Geraldo

Jorge Nahas
Maria José Nahas
Afonso Celso Lana Leite
Murilo Pinto da Silva
Júlio Bitencourt
Nilo Sérgio Macedo
Maurício Paiva

Expostos pelos militares

O regime militar costumava espalhar cartazes de militantes políticos, como neste cartaz distribuído por todo o país. Nele, aparecem o mineiro Apolo Heringer Lisboa, codinome Ricardo (no alto à esquerda), hoje coordenador do Projeto Manuelzão; Gilberto Faria Lima, o Zorro, morto pelo regime militar em 1974 (alto à direita); Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno ou Gustavo, também mineiro, desaparecido em 1971 (embaixo à esquerda); e Herbert Eustáquio de Carvalho, o Daniel Tampinha, último exilado a voltar ao país, em 1981. Herbert era soropositivo e morreu em 1992.

morreu caído em cima das próprias balas”, afirma Ângela Pezzuti.

Enxoval e armas

Jorge Nahas, como a maioria do Colina, começou a militância na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou na Organização Revolucionária Marxista de Política Operária (Polop) e depois migrou para o Colina. Após ser preso na queda do aparelho do Bairro São Geraldo, Jorge foi solto um ano e meio depois em troca do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, sequestrado por militantes. Seguiu para a Argélia com a mulher, Maria José Nahas, também da Colina e presa na mesma época. Maria José ficou conhecida por ser loira e portar uma metralhadora. Na imprensa, entre os militantes e os policiais passou a ser chamada de a “Loira da Metralhadora”. Uma história curiosa do período é que o dinheiro do enxoval de casamento do casal foi revertido para compra de armas.

Com a perseguição a seus militantes, o Colina chegaria ao fim, logo depois do Ato Institucional 5 (AI-5). “Passei a ser procurado como terrorista no país inteiro, em cartazes pregados em todos os aeroportos e rodoviárias. Meus irmãos passaram a sofrer bullying na escola e meu pai e minha mãe, que eram evangélicos presbiterianos, foram alvo de deboche até na igreja”, desabafa Apolo Heringer Lisboa, que dividia a liderança do Colina com Ângelo Pezzuti.

» Depoimentos na Câmara

As revelações do depoimento prestado pela presidente Dilma Rousseff sobre as torturas que sofreu durante o regime militar repercutiram na Câmara dos Deputados. A deputada Erika Kokay (PT-DF) apresentou ontem requerimento para que as pessoas que colheram o depoimento de Dilma ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) compareçam como convidadas à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. “Não tenho notícias da existência de um trabalho tão significativo de resgate desse período como o desenvolvido por esse órgão”, disse a deputada, que parabenizou o Correio Braziliense e o Estado de Minas pela publicação da série de reportagens.